



Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE JANEIRO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 1989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e Djalma de Almeida César.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Aoyr Messadri, Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eimar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lednidas Chaves, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiesse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (38). Afastando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Amélia Kruschka, Dirosu Manfrinato, Homero Oguido, José Afonso Júnior, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Paulino José Delazeri, Rafael Greca e Raul Lopes (15). Afastando-se em licença o Sr. Deputado Paulo Furiatti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Em votação. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal)

Vinte e seis Srs. Deputados responderam à chamada.

Está em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei nº 02/89, de autoria do Poder Executivo, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.01.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação da Redação Final aos projetos de lei aprovados em 3ª Discussão e que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação, constantes na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, REQUER votos de profundo pesar pelo passamento do Sr. DOMINGOS PERUGINI, ex-vice-Prefeito e Vereador por diversas legislaturas, ocorrido na cidade de Andaraí, no dia 15 próximo passado.

Pede que, deste registro, seja dado conhecimento à família do extinto, que reside à Rua São Paulo, 834, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 17.01.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário,

rio, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento, externando posição de desagravo pela extinção da SUDESUL.

Sala das Sessões, em 17.01.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS, ANTONIO BÁRBARA, SABINO CAMPOS, ANIBAL KHURY, CÂNDIDO BASTOS, ACYR MEZZARI, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, VERA AGIBERT, IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A posição dos Srs. Parlamentares que subscrevem este documento, reflete uma posição real diante da extinção da SUDESUL, tendo em vista a permanência da dotação orçamentária do órgão. Ao mesmo tempo em que se posicionaram pela manutenção do órgão diante os benefícios que o mesmo programa para os municípios dos Estados sulinos, na maioria áreas que necessitam do apoio financeiro e técnico, sentem agora, o mesmo dilema em vista da não existência da SUDESUL e estranham a manutenção da verba existente para o citado órgão.

Ao mesmo tempo, os Srs. Parlamentares solicitam ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Interior, em forma de apelo dramático, para que antes de qualquer decisão referente ao pacote econômico no caso da extinção da SUDESUL, ouça a voz do povo via representação política da bancada dos três Estados que sofrem com tal decisão. Sugere os Srs. Parlamentares que subscrevem este documento, que o Excelentíssimo Sr. Ministro do Interior analise a questão com os mesmos critérios com os quais tomou a decisão de manter outras superintendências e ao mesmo tempo a verba da SUDESUL, cujo montante sofreu apenas dois vetos permanecendo para aumentar outros orçamentos e não os já apontados principalmente para o apoio a programas visando o apoio de várias regiões do Paraná, inclusive a Região Oeste do Estado.

Esperamos pois, merecer a atenção do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior diante uma posição a qual defendemos intransigentemente devido a manutenção da verba da entidade frente a sua extinção.

REQUERIMENTO N° 1166

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente às lideranças das bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado da República, solicitando às mesmas esforços conjuntos no sentido de sensibilizar o Governo Federal da decisão malévola que determina a extinção da SUDESUL.

Sala das Sessões, em 17.01.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS, ANTONIO BÁRBARA, SABINO CAMPOS, ANIBAL KHURY, CÂNDIDO BASTOS, ACYR MEZZARI,

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,

VERA AGIBERT, IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Os Parlamentares que este subscrevem, tendo em vista a extinção da SUDESUL, esperam merecer a atenção e o apoio das lideranças das bancadas dos partidos constituídos e representados na Câmara e Senado, visando sensibilizar o Governo Federal para que este, através de uma decisão acertada e mais que justa, não discrimine a Região Sul com veemência e desdão como ocorrerá caso se concretize em definitivo a extinção da SUDESUL e a permanência da dotação orçamentária da citada Superintendência, uma vez que outras não foram extintas.

A SUDESUL programou para o exercício de 1989, na Região Sul, para os três Estados, um orçamento financeiro o qual foi recentemente revisto e aprovado pelo Congresso Nacional que entusiasmou a todos nós. A sua extinção seria acima de tudo um desrespeito à decisão do Congresso na dotação orçamentária referida, pois a mensagem orçamentária do Governo Federal já previra a extinção sumária da SUDESUL, quando zerou sua dotação orçamentária, mas, por iniciativa da mobilização parlamentar dos três Estados o Congresso conseguiu recuperar sua manutenção mediante significativa dotação.

Por isso, mais uma vez, vimos à presença dos nobres congressistas, solicitar que não acatem a decisão da extinção da SUDESUL por parte do Governo, pois a consideramos um verdadeiro desacato, não só à Região Sul, bem como e especialmente às decisões tomadas pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Mais uma vez um afronto à Região Sul, em especial ao Paraná, Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul.

Depois da investida do Governo Federal na operação desmonte, por tabela, do orçamento, quando quis zerar a SUDESUL de recursos para 89 e devido a reação corajosa dos nossos Deputados Federais e dos Deputados Estaduais, dos três Estados, que sensibilizaram, a SUDESUL passou a ter novamente o seu orçamento para 89, restabelecido.

E agora vem o Pacote e extingue de vez a SUDESUL.

Nós estranhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, enquanto se mantém um orçamento só para o Paraná mais de 10 bilhões de cruzados que seriam aplicados es-

te ano pela SUDESUL nos municípios e na área de desenvolvimento, enquanto se mantém um orçamento aprovado pelo Congresso, extingue-se o Órgão! E eu pergunto: este orçamento, esses recursos serão destinados para onde?

Eu temo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao se extinguir a SUDESUL, no Pacote, e ao manter a SUDENE, a SUDEP e a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento do Norte do Brasil, os recursos que estavam destinados ao Sul irão, implacavelmente, ser aplicados no Norte.

É por isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estou encaminhando um requerimento ao Ministro do Interior com o apoio de diversos Deputados, cujas assinaturas ainda estamos a colher, e que peço a esta Casa que acolha este requerimento, no sentido de mostrar o nosso desagrado.

Ao mesmo tempo, há um segundo requerimento solicitando mais uma vez das nossas bancadas federais, no Senado e na Câmara, no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, para que mais uma vez se posicionem uma vez que já conseguiram aprovar no Congresso um orçamento significativo para a Região Sul e que agora o Governo Federal, numa safadessa, no embrulho de um Pacote quer mais uma vez extinguir. Não bastasse o BRDE, não bastasse a SUDESUL, está aí mais uma afronta.

É um atentado às decisões do Congresso Nacional. É um atentado contra o Sul. Isto não pode continuar, sem que nós, do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, reagíssemos e fizéssemos valer os nossos direitos para a nossa região Sul, que está sendo tão desprezada e discriminada pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero e sugiro a esta Casa, que também elejem uma Comissão Interpartidária de Deputados, que em diálogo com os Deputados do Rio Grande do Sul e do Paraná, que a UPI também se manifeste principalmente na seção Sul, para que o Congresso Nacional reveja a extinção da SUDESUL no pacote que haverá de avaliar na próxima semana.

Agradeço, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Estamos diante de mais um plano econômico imposto pelo Governo Federal na tentativa de conter a desenfreada inflação e a crise econômica que vem avançando sem trégua para a população brasileira. Apesar de ser um assunto amplamente discutido por

trás dos bastidores, a conversa não andou pelos caminhos que deveria. Conforme denunciaremos exaustivamente, o pacto social não foi senão uma maneira de desviar a atenção da sociedade para esta questão emergencial que resultou no plano de verão.

Na minha opinião, as medidas adotadas deveriam ter sido amadurecidas, uma vez que envolvem todos os setores, cortando orçamentos, mudando moeda, congelando preços e salários. A grande falta de credibilidade do Governo por comprometer completamente o sucesso da operação. O povo está desanimado, conforme demonstram as enquetes realizadas pela imprensa. O empresariado também está descontente, apesar de garantir que dará sua parcela de contribuição. A primeira que foi dada foram os reajustes abusivos de preços dias antes da decretação do novo plano econômico.

O trabalhador decidiu deixar a mesa de negociações e partir para o protesto, efetivamente. Se o Governo Federal não der demonstração de que vai cumprir sua parte com rigidez, não emitindo moeda sob hipótese nenhuma e dotando de estrutura os órgãos de fiscalização, o caos estará instalado no País. Se a descrença, a desconfiança do trabalhador não for aplacada com provas concretas de que há disposição de fazer cumprir o plano de verão, as greves começarão a pipocar por todo o País, trazendo a desestabilidade. É preciso que o Governo garanta sua parte no cumprimento do plano. A ele cabem 90% das ações e ao povo, apenas 10%.

Volto a afirmar que as medidas deveriam ser mais coerentes. Os preços e salários têm entre si diferenças astronômicas. Para se ter uma idéia, o salário mínimo equivale exatamente ao valor de sessenta caixas de chocolate, das mais baratas, diga-se de passagem. O que se pode esperar agora, com o congelamento? Não será novamente o paraíso fictício do plano cruzado. Os preços estão corrigidos bem acima do valor real e bem acima também dos reajustes dos salários. O Governo Federal quer conter o consumo de qualquer maneira.

O que queremos questionar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é: onde está a estrutura para a fiscalização do congelamento? Não foi realizado nenhum acordo prévio que garantisse o envolvimento dos Estados e Municípios sob este aspecto. E, mesmo que tivesse havido, seria humanamente impossível fiscalizar tudo. Seria necessário um fiscal por estabelecimento, para garantir que os preços não seriam remarcados de jeito nenhum.

O momento agora é de união em torno do que deve ser o ideal único da Nação: o salvamento do Brasil da hiperinflação que a todos ameaça. Ainda existem alguns pon-

tos que podem não estimular os investimentos no crescimento do País. A conservação dos juros em patamares altos é um exemplo. Por enquanto, este é um estímulo ao empresário para manter seu dinheiro aplicado no mercado financeiro. A médio prazo, isto precisa ser revertido a fim de estimular investimentos novos.

Não há dúvidas, senhores, que um choque econômico era extremamente necessário para salvar o País do naufrágio. Mesmo as instituições governamentais estando tão desgastadas, precisamos persistir. Cabe também a nós uma parcela importante que precisa se basear na esperança. É do que dispomos.

Esta Casa de Leis também deve se colocar a serviço do Governo para que o plano de verão seja um sucesso. Precisamos fazer análises profundas na legislação, para buscar onde podemos intervir na fiscalização para o controle dos preços. É momento de união, independentemente de nossas simpatias ou antipatias pessoais para com o Governo Federal. É o futuro do País que está em jogo. Temos obrigação de cooperar."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

Não se encontrando em plenário, passa-se ao Horário das Lideranças.

PDS com a palavra.

PDC com a palavra.

PDT com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, nós declinamos, em função da reunião que temos agora das Lideranças dos Partidos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consultamos a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina)

Consultamos a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário. (Declina)

Consultamos a Liderança do PT, se fará uso do seu horário. (Declina).

Consultamos a Liderança do PL se fará uso do seu horário. (Declina)

Consultamos a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário. (Declina)

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 02/89. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de

preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 02/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 04/89), objetivando alterar, a partir de 01.02.89, o valor das gratificações que especifica, previstas nas leis que menciona, assim como o da "gratificação policial militar especial", de que trata a Lei nº 6417/73, alterada pela de nº 7434/80, conforme os percentuais que estabelece para cada posto ou graduação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Quero dizer aos nobres pares que a Bancada do PT vai votar favoravelmente a este projeto, somente pelo motivo que é a situação salarial dos quadros da Polícia Civil que estão altamente defasados, como estão os salários de todos os funcionários públicos. Então, como medida justa, votaremos a favor.

Agora, o que não concordamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com a política de reajuste diferenciado adotado pelo Sr. Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias. Batalhamos a semana passada toda, para que fosse dada uma reposição justa e que fosse estabelecido um patamar justo de pagamento dos salários de todos os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Aprovado o arrocho salarial por esta Casa, agora, na semana seguinte, nós estamos votando objeto de Mensagem Governamental estabelecendo aumento diferenciado para a Polícia do Estado do Paraná. Esta política de clientelismo, do compadrio e da diferenciação, o PT não concorda.

Apesar de termos votado favoravelmente, consideramos a Polícia um dos setores do funcionalismo que também está injustificado pelos seus vencimentos. Então, votaremos favoravelmente, mas fica aqui o nosso protesto, porque não é essa a política que um Governo deveria adotar. Deveria dar os aumentos justos para todos os funcionários públicos.

Ficam aqui os nossos protestos e a dúvida. Eu não sei se o Governo Álvaro Dias tem os seus amados, tem os seus apadrinhados, que quer dar um tratamento diferenciado ou ele quer dar um aumento diferenciado para a Polícia porque está com medo, porque é a polícia quem está com a arma em punho.

Esta é a nossa dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por isso também votaremos a favor, porque reconhecemos justa a reivindicação da Polícia do Estado do Paraná. Mas não concordamos com a política de reajustes diferenciados.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna também para tecer algumas considerações a respeito do Projeto de Lei nº 002/89.

(Lê): "Sem dúvida alguma, projeto de suma importância para a segurança do Estado do Paraná. Este Estado que está a reclamar uma maior segurança, mas que precisa, antes e acima de tudo, dar segurança àqueles que precisam nos transmitir a segurança.

Uma verdadeira crise grassava no seio da Polícia Militar, em razão da insatisfação pelas condições salariais de seus integrantes. Isto vinha desde o coronel até o soldado. E casos recentes, até prisão de coronéis ocorreram, porque, inconformados pela situação de quase penúria da tropa, trouxeram a público os reclamos, os gritos de revolta pela injustiça que sofriam.

E, apesar da importância deste projeto, como tantos outros, e inclusive como os demais que se encontram na Ordem do Dia de hoje, este teve uma tramitação, também a "toque de caixa".

Não deu tempo para estudarmos a matéria. Nem as Comissões tiveram tempo de apreciar devidamente o projeto. Este ou os outros. Em todo o caso, embora a contragosto, temos que ser tolerantes pela pressa que se exige hoje para dar condições a categorias funcionais como a da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Mas, em todo o caso, na sexta-feira, quando este processo entrou na Ordem do Dia, fomos procurar nos inteirar do mesmo, através de elementos do comando da PMPR. E nos foi esclarecido que a aprovação deste projeto representa para a PM o início de um resgate. Isto porque a Lei de 1973 - Código de Vencimentos e Vantagens da Polícia Militar, colocava o índice de vencimento do coronel em 100%, e com pequenas diferenças se escalonava até o soldado.

Ao longo dos anos, esses índices foram sendo modificados, mas o do coronel permanecia o mesmo. Por exemplo, no ano passado, houve uma elevação percentual dos índices de cabo e soldado. Em dezembro, nova elevação do índice de soldado. Isto, é evidente, provocou uma espécie de achatamento dentro da corporação. Ou seja, os vencimentos ficaram muito próximos. Por exemplo: um soldado com alguns anos de serviço passou a ganhar mais que um sargento. E isso nós denunciávamos aqui na tribuna.

Isto criou um desânimo. Uma falta de motivação entre a tropa.

"Para que se esforçar para conquistar alguma promoção, se basta ter alguns anos de serviço para todos se igualarem - este o pensamento que passou a dominar a tropa. - promoção, passar de soldado a sargento, no final das contas, só trazia mais responsabilidades...!

A desmotivação, diante da situação, passou a ser parte da vida diária da PM. Com reflexos, é claro, na própria atuação, no desempenho do policial militar e com problemas profundos para o comando geral. Para os comandantes de batalhões e companhias.

A alteração que vem este projeto trazer, em parte, vai solucionar o problema. Pelo menos, doravante, os diversos níveis de graduação, do coronel ao soldado, terão entre si, uma diferença razoável. O que, sem dúvida, irá motivar que os militares se esforcem por uma promoção.

Assim, a distribuição maior entre as classes, acreditamos, vai ser um primeiro passo para o que pretendem e esperam os policiais militares.

Assim, terá o projeto o nosso voto favorável, em Terceira Discussão. E nem poderia ser diferente, porque dentro da nossa área de atuação profissional, vivemos o dia-a-dia do policial-militar e, realmente, não estava sendo fácil levar em frente a missão que desenvolvem.

Para se ter uma idéia, no ano passado, conversando com o Coronel Wantuil, este nos dizia que, apesar das necessidades da PM, dos problemas de segurança exigirem, hora a hora uma polícia mais equipada, estruturada e ágil, isto se fazia impossível pela falta humana. Ou seja, o número de entrada na PM era menor do que o número de saída dos policiais militares, desmotivados, evidentemente, pelos péssimos salários que recebiam.

Segurança, Srs. Deputados, é a maior exigência, é a maior aspiração do povo do Paraná. A importância de se manter uma polícia militar ativa com condições plenas de bem desenvolver suas atividades, podemos dizer, é uma imposição que se faz nesse momento.

Agora, nós queremos aproveitar nesse momento em que se vota o reajuste da Polícia Militar para, daqui, cobrar da Secretaria de Segurança Pública, cobrar do Governo do Estado do Paraná uma melhor qualificação, uma melhor escolha dos homens que integram a nossa Polícia Militar, porque a sociedade curitibana está desde a madrugada do último sábado lamentando profundamente uma tragédia que aconteceu em Curitiba, quando um cabo da Polícia Militar, utilizando uma escopeta, ao abordar um jovem que estava com seu automóvel,

porque havia passado um semáforo fechado, porque trafegava com seu veículo com as luzes apagadas, este jovem, ao ser feita a abordagem, não reagiu, atendeu ao que o cabo da Polícia Militar solicitou, colocando as mãos para trás e o policial militar, despreparado, irresponsavelmente, acabou detonando o tiro de escopeta à queima-roupa, dilacerando parte do rosto do jovem José Henrique Zanoncini Lins, de 18 anos de idade.

A sociedade curitibana está de luto, pela atuação irresponsável, pela incompetência, pelo despreparo deste policial, e é só pagando bem o policial que teremos uma Polícia à altura da nossa sociedade.

Por isso, votamos favoravelmente a este projeto, esperando que, daqui para frente, a escolha, a seleção dos homens que comporão a Polícia Militar, sejam homens de responsabilidade, devidamente preparados para o desempenho da função, não a exemplo do cabo Antônio Guemann, que acabou matando, à queima-roupa, com um tiro de escopeta calibre 12, um jovem de apenas 18 anos de idade. E ontem, durante o sepultamento, a demonstração da sociedade, de repúdio, de cobrança do Comando da Polícia Militar, na punição deste militar irresponsável e numa escolha melhor dos policiais que comporão os quadros da Polícia Militar.

É a nossa posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação o projeto. - Aprovado.

Encontra-se em visita a esta Casa, o Vereador de Guarapuava, Alcebiades Virmonde, a convite dos ilustres representantes daquela cidade.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 03/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 05/89), objetivando dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério) com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 06/89), objetivando alterar normas legais pertinentes ao pagamento da "gratificação de referência de classe" de que cuida o Art. 10 da Lei nº 7099, de 08.01.79, ao pessoal com efetiva urgência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e a 1ª a 4ª séries do 2º grau, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por

Curitiba, terça, em 17.01.89

unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiadas, em número de 4 (quatro), nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 004/89
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE NÚMERO 01

O art. 1º do Projeto de Lei nº 04/89, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fará jus à Regência de Classe de que trata o Art. 10 da Lei nº 7099, de 08 de janeiro de 1979, além dos professores mencionados no referido dispositivo, no art. 1º da Lei nº 7507, de 04 de julho de 1984, o pessoal em efetiva regência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e 1ª a 4ª séries do 2º Grau, do Ensino Regular e do Ensino Supletivo, Fase II".

Sala das Sessões, em 16.01.89.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

NEREU CARLOS MASSIGNAN
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
PAULINO JOSÉ DELAZERI
NELSON VASCONCELLOS
RAUL LOPES

PROJETO DE LEI Nº 04/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 04/89, o seguinte artigo.

"Art. ... - A gratificação de regência de classe será devida também nos meses de férias imediatamente posteriores ao período letivo, devendo ser paga de forma integral, revogando-se assim a proporção de que trata o § 2º, "in fine", do Art. 1º da Lei nº 7507/81".

Sala das Sessões em 16.01.89.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

NEREU CARLOS MASSIGNAN
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
PAULINO JOSÉ DELAZERI
NELSON VASCONCELLOS
RAUL LOPES

PROJETO DE LEI Nº 04/89
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 03

O art. 4º do Projeto de Lei nº 04/89, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos funcionais e financeiros a partir de 1º de janeiro de 1989, revogadas as disposições em contrário Sala das Sessões, em 16.01.89.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

NEREU CARLOS MASSIGNAN
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
PAULINO JOSÉ DELAZERI
NELSON VASCONCELLOS
RAUL LOPES

PROJETO DE LEI N° 04/89
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
N° 04

O inciso II do Art. 2° do Projeto de Lei n° 04/89, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2° -

I -

II - No ensino de 5.^a à 8.^a séries do 1° Grau, de 1.^a a 4.^{as} séries do 2° Grau e no ensino Supletivo Fase II, por dia útil de aula efetivamente ministrada, seja a carga horária relativa a 20 horas/aula semanais". Sala das Sessões em 16.01.89.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

NEREU CARLOS MASSIGNAN
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
PAULINO JOSÉ DELAZERI
NELSON VASCONCELLOS
RAUL LOPES

Em votação as Emendas do Deputado Pedro Tonelli e outros Srs. Deputados.
Discussão, votação...

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Sr. Presidente, declinamos da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à verificação de votação.
Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) 11 Srs. Deputados aprovam a emenda. 19 Deputados rejeitam. - Rejeitada.
Emenda do Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir essa emenda novamente.

(É lida a emenda novamente)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em discussão. Em votação. Rejeitada.

Emenda do Deputado Pedro Tonelli sobre a carga horária de aulas. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

Em votação o Projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1162, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1164, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoio do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1165, de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus, Cândido Bastos, Sabino Campos e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1166, de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus, Sabino Campos e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/88.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 09/89.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 006/89

O "caput" do Art. 1° do Decreto Legislativo n° 57/86, de 28 de fevereiro de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - As Despesas com combustíveis e lubrificantes far-se-ão com o estabelecimento de cotas mensais, as quais ficam determinadas em LITROS, da seguinte

maneira:

a.	Presidência	3.000
b.	1ª Secretaria	2.800
c.	2ª Secretaria	2.400
d.	1ª Vice-Presidência	1.600
e.	2ª Vice-Presidência	1.000
f.	3ª Secretaria	1.000
g.	4ª Secretaria	1.000
h.	Liderança do Governo	1.000
i.	Liderança do PDS	1.000
j.	Liderança do PMDB	1.000
k.	Liderança do PFL	1.000
l.	Liderança do PDT	1.000
m.	Liderança do PT	1.000
n.	Liderança do PTB	1.000
o.	Liderança do PDC	1.000
p.	Liderança do PL	1.000
q.	Liderança do PSDB	1.000
r.	Diretoria Geral	500
s.	Assistência Social	1.000
t.	Diretoria Administrativa	3.000
u.	Diretoria Financeira	300
v.	Serviço de Oficina e Manutenção	1.500

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.01.89.

DECRETO LEGISLATIVO N° 021/89

aposentar, nos termos do Art. 132, § 2º, 138, item II, 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, HILÁ-

RIO FREGONESE, matrícula n° 026, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com proventos mensais e integrais correspondens ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS-4 incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no art. 3º da Lei n° 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º da Resolução n° 02/64; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1º da Lei n° 6641, de 04 de dezembro de 1974; e, cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13 da Lei n° 8069, de 28 de dezembro de 1984; gratificação de um terço (1/3) do vencimento básico, a título de risco de vida e saúde, de acordo com o Art. 5º da Lei n° 4697, de 28 de fevereiro de 1963.

(Prot. n° 83/89).

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.01.89.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2º Secretário